

LESBIANIDADES, FEMINISMO E IMPRENSA: DIÁLOGOS, DISPUTAS E CAMINHOS POSSÍVEIS

LESBIANISMS, FEMINISM, AND THE PRESS: DIALOGUES, DISPUTES, AND POSSIBLE PATHS

LESBIANISMOS, FEMINISMO Y PRENSA: DIÁLOGOS, DISPUTAS Y CAMINOS POSIBLES

Joana Ziller

■ Doutora e mestra em Ciências da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Graduada em Comunicação Social pela UFMG. Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Associada do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Criou e coordena o Grupo de Estudos em Lesbianidades (GEL). É vice-coordenadora do GT Comunicação, Gêneros e Sexualidades da Compós. Compõe a Comissão Coordenadora da Formação Transversal em Gênero e Sexualidade: perspectivas LGBTQIA+ da UFMG.

■ *Doctora y magíster en Ciencias de la Información por la Universidad Federal de Minas Gerais (UFMG). Graduada en Comunicación Social por la UFMG. Profesora permanente del Programa de Posgrado en Comunicación y profesora asociada del Departamento de Comunicación Social de la Universidad Federal de Minas Gerais (UFMG). Creó y coordina el Grupo de Estudios sobre Lesbianidades (GEL). Es vicecoordinadora del Grupo de Trabajo Comunicación, Gêneros y Sexualidades de Compós. Integra la Comisión Coordinadora de la Formación Transversal en Género y Sexualidad: perspectivas LGBTQIA+ de la UFMG.*

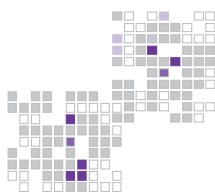
■ E-mail: joana.ziller@gmail.com

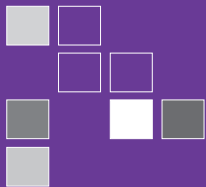
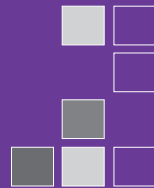
Maria Clara Soares Rodrigues

■ Jornalista e mestranda em Comunicação na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Bolsista CAPES. Integra o Grupo de Pesquisa Ponto: afetos, gêneros e narrativas (UFOP) e o Grupo de Estudos em Lesbianidades (GEL/UFMG).

■ *Periodista y estudiante de maestría en Comunicación en la Universidad Federal de Ouro Preto (UFOP). Becaria de CAPES. Integra el Grupo de Investigación Ponto: afectos, gêneros y narrativas (UFOP) y el Grupo de Estudios sobre Lesbianidades (GEL/UFMG).*

■ E-mail: mariaclarasoesrodrigues@gmail.com





Paula Silveira-Barbosa

■ Doutoranda em Comunicação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), onde também atua como pesquisadora do Grupo de Estudos em Lesbianidades (GEL). Bacharel em Comunicação Social (Jornalismo) pela Universidade de Brasília (UnB) e mestre em Jornalismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Cofundadora e Diretora-Geral do Arquivo Lésbico Brasileiro (ALB). Bolsista CNPq.

■ *Doctoranda en Comunicación en la Universidad Federal de Minas Gerais (UFMG), donde también se desempeña como investigadora del Grupo de Estudios sobre Lesbianidades (GEL). Graduada en Comunicación Social (Periodismo) por la Universidad de Brasília (UnB) y magíster en Periodismo por la Universidad Estatal de Ponta Grossa (UEPG). Cofundadora y directora general del Archivo Lésbico Brasileño (ALB). Becaria del CNPq.*

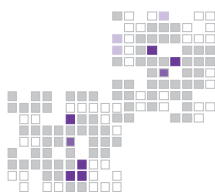
■ E-mail: paulasb@ufmg.br

Dayane do Carmo Barretos

■ Doutora em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Graduada e mestra em Comunicação pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Adjunta do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Subcoordenadora do Grupo de Estudos em Lesbianidades (GEL).

■ *Doctora en Comunicación Social por la Universidad Federal de Minas Gerais (UFMG). Graduada y magíster en Comunicación por la Universidad Federal de Ouro Preto (UFOP). Profesora permanente del Programa de Posgrado en Comunicación y profesora adjunta del Departamento de Comunicación Social de la Universidad Federal de Minas Gerais (UFMG). Subcoordinadora del Grupo de Estudios sobre Lesbianidades (GEL).*

■ E-mail: dayanecbarretos@gmail.com



RESUMO

A partir da relação histórica entre lesbianidades e feminismo e de pesquisas sobre a imprensa lésbica, volta-se a notícias sobre casos de violência contra lésbicas e propõe-se preceitos para aprimorar a cobertura jornalística envolvendo lesbianidades.

PALAVRAS-CHAVE: LÉSBICAS; FEMINISMO LÉSBICO; JORNALISMO; IMPRENSA COMUNITÁRIA.

ABSTRACT

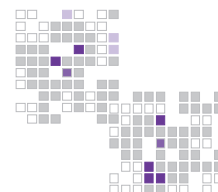
Building on the historical relationship between lesbianities and feminism, as well as researchs on the lesbian press, this study turns to news coverage of cases of violence against lesbians and proposes guidelines to improve journalistic coverage involving lesbianities.

KEY WORDS: LESBIANS; LESBIAN FEMINISM; JOURNALISM; COMMUNITY PRESS.

RESUMEN

A partir de la relación histórica entre lesbianidades y feminismo, así como de investigaciones sobre la prensa lesbiana, este estudio se centra en noticias sobre casos de violencia contra lesbianas y propone lineamientos para mejorar la cobertura periodística relacionada con las lesbianidades.

PALABRAS CLAVE: LESBIANAS; FEMINISMO LESBIANO; PERIODISMO; PRENSA COMUNITARIA.



1 Introdução

No dia 10 de dezembro de 2023, o corpo de uma jovem é encontrado em Maranhãozinho, cidade com cerca de 14 mil habitantes no estado do Maranhão. O caso chama atenção especialmente pelos requintes de crueldade com que a jovem foi assassinada, já que seus olhos, pele do rosto e couro cabeludo foram arrancados. Essa brutalidade ganha destaque nos títulos das matérias publicadas no *G1* que abordam o caso desde o dia seguinte ao assassinato, até a condenação do réu, em novembro de 2025: “Jovem de 21 anos é encontrada morta com a pele do rosto, couro cabeludo e olhos arrancados no MA”¹; “Veja o que se sabe sobre a morte da jovem de 21 anos que foi encontrada com a pele do rosto, couro cabeludo e olhos arrancados no MA”²; “Homem é condenado a 27 anos de prisão por matar Ana Caroline, jovem que teve a pele do rosto, couro cabeludo e olhos arrancados no MA”³.

Mas o que não consta nos títulos, nem nas primeiras matérias que saíram sobre o caso, é que Ana Caroline era lésbica e que esse tipo de requinte de crueldade costuma caracterizar crime de ódio. A lesbianidade de Ana Caroline só surge como causa hipotética a partir da pressão de familiares, amigos e movimentos sociais. Mesmo assim, a motivação lesbofóbica segue sendo noticiada como uma linha de investigação não confirmada pela Polícia Civil. O modo como a cobertura do caso foi realizada contribuiu para que Ana Caroline fosse associada somente à crueldade com que o assassinato foi cometido.

Neste trabalho, defendemos que uma abordagem feminista (ainda que as lésbicas nem sempre tenham sido bem-vindas aos movimentos feministas) para tais coberturas pressupõe

maior visibilidade para as especificidades dessas violências, além de um posicionamento de indignação com relação a elas, que vão possibilitar o desenvolvimento de estratégias de enfrentamento eficazes.

Como jornalismo e feminismo lésbico podem se articular para produzir abordagens mais éticas em notícias de violência sobre lesbianidades? Movidas por essa questão, estruturamos este ensaio teórico da seguinte forma: iniciamos com uma retomada histórica sobre as disputas em torno da inclusão das questões das lésbicas no movimento feminista; na sequência, evidenciamos potencialidades da imprensa lésbica brasileira, composta por veículos de nicho, criados, principalmente, para se contrapor às perspectivas discriminatórias correntes no jornalismo tradicional; posteriormente, mobilizamos alguns dos resultados de nossas pesquisas anteriores sobre coberturas de violências cometidas contra as lésbicas, em um movimento não sistematizado, no qual buscamos situar as questões-problema identificadas em nossos estudos, mobilizando as discussões anteriormente apresentadas neste texto. Em seguida, tomamos a imprensa lésbica como base para propor caminhos de coberturas jornalísticas mais éticas em relação às lesbianidades, evidenciando caminhos possíveis para o jornalismo.

2 Lésbicas e o feminismo

Antes de avançar, consideramos pertinente discutir a emergência do feminismo lésbico, já que produções como as da imprensa lésbica são tributárias dessa tradição, ainda pouco valorizada, seja no ativismo, seja no campo acadêmico.

Feitos esses apontamentos preliminares, iniciamos a discussão deste tópico pontuando que o feminismo nunca foi exatamente acolhedor para todos os tipos de mulheres. Kristin Comeforo (2025) traça uma linha histórica que

1 Ver: <https://encurtador.com.br/DrnR> Acesso em 27 fev. 2026.

2 Ver: <https://encurtador.com.br/CCBI> Acesso em 27 fev. 2026.

3 Ver: <https://encurtador.com.br/ykTO> Acesso em 27 fev. 2026.

começa no famoso discurso de Sojourner Truth na Convenção dos Direitos da Mulher, em 1851, *Ain't I a Woman?*, e alcança os dias atuais, com a adesão crescente ao feminismo transexcludente. A pesquisadora também menciona a *ameaça lavanda*, expressão cunhada em 1969 por Betty Friedan, cofundadora da National Organization of Women, para se referir às lésbicas, que considerava prejudiciais à causa feminista por *associar o feminismo ao ódio aos homens*.

Dez anos depois, a autodeclarada negra, lésbica, feminista e socialista⁴ Audre Lorde abre sua exposição na *Conferência Segundo Sexo* questionando o fato de aquela ser a única mesa redonda em que questões de mulheres negras e lésbicas seriam representadas (2020, p. 135). Lorde aponta ainda que as diferenças entre as mulheres precisam ser reconhecidas e valorizadas, não apagadas. E afirma: “Não sou livre enquanto qualquer outra mulher for prisioneira, ainda que as amarras dela sejam diferentes das minhas” (2020, p. 166).

Audre Lorde desenvolveu uma reflexão que hoje reconhecemos como interseccional, ao articular diferentes formas de opressão e compreender que, assim como não existe hierarquia entre elas, não é possível separá-las (Lorde, 2020). Assim como ela, a feminista lésbica e chicana Gloria Anzaldúa (2021) denuncia a recorrência da responsabilização de mulheres de cor pela tarefa de educar mulheres brancas e destaca a necessidade de se reconhecerem e valorizarem as diferenças, indo contra o seu apagamento. Anzaldúa lembra que é preciso coragem “pra não capitular a uma definição de feminismo que ainda deixa a maioria de nós invisível” (2021, p. 49).

Em 1980, Adrienne Rich publica pela primeira vez *Heterossexualidade Compulsória e Existência Lésbica* (HCEL), que, fundamental

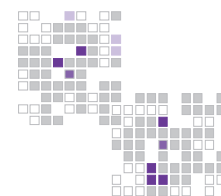
para o feminismo lésbico, tornou-se também um tanto controverso. O texto gerou polêmicas entre feministas, o que fez com que Rich publicasse alguns trabalhos posteriores detalhando as ideias de HCEL e, por vezes, as retificando (Rich, 2004 e 2019⁵). HCEL traz à tona a ideia de heterossexualidade compulsória e propõe a noção de um *continuum* lésbico focado não na orientação sexual, mas sim em uma ampla gama de relações entre mulheres, defendendo a valorização das diversas formas de alianças entre nós.

Enquanto Rich considerava a heterossexualidade uma instituição política, Monique Wittig (2022) a definiu como um sistema de pensamento. Num movimento antiessencialista, ela afirma que “não pode mais haver mulheres e homens, e que, como classes e categorias de pensamento ou linguagem, elas têm de desaparecer política, econômica e ideologicamente” (2022, p. 64). Essa linha de argumentação é desenvolvida até a famosa afirmação de que “lésbicas não são mulheres” (2022, p. 67), uma decorrência da ideia de que mulheres (e homens) só existem na heterossexualidade, são classes criadas para a opressão de um grupo pelo outro.

Ainda que as noções da heterossexualidade como instituição política e como sistema de pensamento tenham pontos em comum, Rich e Wittig guardam relações diferentes com o feminismo. Enquanto Rich tem uma história de vida que parte de um primeiro casamento hétero tradicional, tendo atuado no ativismo, mas principalmente na academia, Wittig tem uma trajetória mais marcada pelo ativismo, ainda que também tenha atuado na academia e publicado livros de teoria e de prosa. Wittig teve conflitos com movimentos de mulheres na França, que

5 A versão do livro publicada no Brasil é acompanhada por um prólogo escrito por Rich em 1983 e por cartas que ela trocou com editoras de uma coletânea em 1981. Neles, Rich detalha algumas das ideias de HCEL e lamenta a maneira como partes de seu texto foram lidas.

4 Audre Lorde se identificava frequentemente dessa forma ou de modos semelhantes.



consideravam a homossexualidade uma questão privada, que não deveria ser acionada na luta feminista. Supõe-se que esse foi um dos motivos que a levaram a deixar o país e se mudar para os EUA no começo dos anos 1970 (Grossi, 2018).

Outra pensadora lésbico-feminista que sofreu hostilidade nos movimentos de mulheres foi Gayle Rubin, que cunhou a expressão “sistema sexo/gênero”. Conhecida feminista pró-sexo, Rubin entrou em rota de colisão com o conservadorismo de muitas feministas da segunda onda, que demonizavam a pornografia e a prostituição. Fundadora do *Samois*, em 1972, primeiro grupo lésbico-masquista de que se tem registro, Rubin pesquisou a cultura *gay leather* e mantinha posições contra as hierarquias que envolvem a sexualidade. Ela defende que “uma moralidade democrática deveria julgar os atos sexuais pelo modo como um parceiro trata o outro, o grau de consideração mútua, a presença ou ausência de coerção e a quantidade e qualidade dos prazeres que eles proporcionam” (2017, p. 88), explicitando o conservadorismo presente entre muitas feministas. Foi abertamente hostilizada e, por vezes, política e academicamente perseguida nos movimentos feministas de segunda onda.

A relação de disputa e tensão explicitada pela maneira como o trabalho de tais autoras foi recebida no feminismo tradicional está presente já no termo *feminismo lésbico*: a própria adjetivação ao termo feminismo indica que as lesbianidades não estão originalmente contempladas em seu escopo e, como lembra Anzaldúa, “marcar é sempre ‘rebaixar’” (2021, p. 129). Mas, apesar dessa tensão, aqui contextualizada no rol da segunda onda do feminismo (mas que persiste em vários pontos), Claire Bond Potter (2018) argumenta que a presença das lésbicas nos feminismos foi fundamental ao trazer para o enfrentamento debates relativos à raça, classe e sexualidade. Potter (2018) também cita as disputas em torno da liberdade sexual representadas pelas lésbicas,

mesmo entre aquelas que não mantinham uma posição pró-sexo, já que a simples presença das lésbicas nos movimentos feministas de segunda onda explicitava que falar de sexo não era necessariamente falar dos homens⁶.

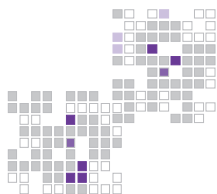
3 Contribuições da imprensa lésbica

Se para garantir a inserção de questões relacionadas às lesbianidades foi necessária a criação de grupos feministas lésbicos, conforme mostramos anteriormente, algo semelhante ocorreu em relação à imprensa. Por isso, faz-se necessário lembrar que perspectivas de discriminação e preconceito contra lésbicas na imprensa não são um fenômeno novo. Na verdade, é exatamente por isso que o ativismo lésbico passou a produzir meios de comunicação próprios, criando o que se pode chamar de imprensa lésbica no Brasil, pelo menos a partir de 1981 (Autor, 2019). Um gesto que insere esse segmento em uma tradição mais ampla de comunicação comunitária, formada por agentes variados, como trabalhadores, movimentos negro, feminista entre outros (Peruzzo, 2024).

Criar e manter canais próprios de informação foi uma alternativa diante da constante associação de lésbicas à doença, à criminalidade e à falência de valores morais, uma vez que, com o respaldo da ciência e da medicina, naquela época, era comum que a imprensa posicionasse lésbicas e outras minorias de gênero e sexualidade como ameaças.

Fora das páginas policiais, lésbicas e mulheres bissexuais também eram retratadas com estigma. Frequentemente, sua vida íntima era submetida ao escrutínio, seja a partir de perguntas invasivas, especulações sobre eventuais parceiras

6 É relevante registrar que, embora muitas das autoras que citamos aqui se identificassem como lésbicas radicais ou feministas radicais, a ideia de feminismo radical atual é diferente da que havia naquele momento (Grossi, 2018).



e até mesmo imagens produzidas para reforçar estereótipos. Nesse sentido, retomamos as reflexões de João Silvério Trevisan a respeito do tratamento dado a Gal Costa (2018) na *Folha de S. Paulo*, onde ele trabalhou.

Lembro de uma foto da Gal Costa, em primeira página da mesma Folha de S. Paulo, quando de um espetáculo seu na cidade. Os pés da cantora estavam em primeiríssimo plano, sobre uma mesa, e de tal modo distorcidos pela lente grande-angular que seus sapatos pareciam, facilmente, ser do tamanho cinquenta... A alusão à sapatona inseria um bom humor modernoso, que só acentuava a crueldade do preconceito (Trevisan, 2018, p. 337).

Mesmo nos veículos dedicados a pautas progressistas e alinhados ao feminismo, a estigmatização das lesbianidades foi uma constante. O *Pasquim*, em que pese sua relevância política e o fato de ser uma referência incontornável da imprensa alternativa do período, talvez seja um dos principais exemplos da homofobia recreativa plenamente tolerada na esquerda (Silva, 2016). Já em jornais especializados, como o *Lampião da Esquina*, a sub-representação de lésbicas foi comum na maioria das edições, que em raras oportunidades se dedicaram a reportagens e matérias densas sobre lésbicas (Silva, 2015).

Diante disso, mesmo sem formação específica em comunicação, lésbicas de diferentes origens e territórios entenderam que sua constituição como sujeitos políticos, a participação na tomada de decisões na esfera pública e o próprio exercício do direito à informação deveriam partir de iniciativas auto-organizadas. Tais veículos, de orientação política à esquerda e perspectiva feminista, publicaram notícias e colunas de opinião, críticas de mídia, quadrinhos, ilustrações, classificados e, antes dos atuais aplicativos de relacionamento,

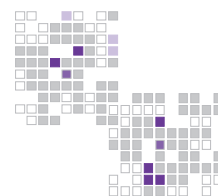
seções de correspondência afetiva.

Embora seu alcance seja limitado, especialmente nos primeiros anos, essas abordagens noticiosas indicam que é possível produzir jornalismo de forma menos heteronormativa e mais comprometida com a transformação social (Autor, 2019). Após examinar periódicos lésbicos editados ao longo de 14 anos, Autor (2019) sistematizou uma lista de 12 boas práticas em jornalismo, úteis tanto para mídias comunitárias, como para a imprensa profissional.

Destacamos duas que acreditamos serem as mais pertinentes para a proposta deste artigo. A primeira diz respeito à compreensão da sexualidade em sua dimensão política, superando a noção de “preferência sexual” e, consequentemente, da necessidade da simples tolerância às expressões não-heterossexuais da sexualidade. Se o par binário, heterossexual e monogâmico é o que tem organizado a sociedade em diferentes contextos, desviar dessa norma não é apenas pertencer a um grupo diverso, mas também contestar a própria estrutura social e sua manutenção.

Na imprensa lésbica, ao discutir casos de violência, inclusive contra mulheres hétero, a perspectiva política da sexualidade se fazia notar. Em seções provocativamente nomeadas de “histórias de heteror”, agressões perpetradas por homens foram situadas como resultante de um sistema heterossexista que não apenas estabelece a heterossexualidade como norma, mas também pressupõe punição a quem a subverte. Em consonância a preceitos feministas, essa abordagem demarca que a violência de gênero não deriva apenas de diferenças biológicas ou culturais, mas também da subjugação das mulheres – tal como teorizado por pensadoras lésbicas como Rich (2019), Wittig (2022) e Lugones (2020).

Levada ao limite, essa articulação permite, inclusive, situar atos de violência de gênero



como crimes políticos, não morais ou de ódio. Nesse sentido, Rita Segato (2016) tem sugerido que retirar essas práticas do âmbito do desvio pessoal, puramente relacionado às emoções do violador, favorece a visão de atos violentos em perspectiva histórica, na qual o controle dos corpos e da sexualidade tem sido regra, não exceção. Colocada nesses termos, podemos inferir que a superação da violência de gênero e o desmantelamento dessa ordem demanda ações mais complexas que o mero julgamento individual. Trata-se, portanto, de repensar toda a organização social.

Uma segunda prática interessante observada na imprensa lésbica é a leitura crítica da mídia, que, no âmbito da mídia tradicional, pode ser incorporada a colunas de *ombudsman*. O potencial dessa alternativa fica mais evidente diante do estudo de Diana Azeredo (2019), que analisou quatro décadas de seções desse tipo na *Folha de S. Paulo*, único jornal brasileiro de alcance nacional a manter esse espaço de modo regular. Pelo levantamento da autora, a comunidade LGBTQIA+ é a minoria social menos abordada nessas colunas. Em primeiro lugar, aparecem negros, seguidos por mulheres e indígenas.

Historicamente, nos periódicos lésbicos, as seções destinadas a críticas de mídia não apenas denunciam estigmas, mas também sugerem outros tratamentos. Em seções como *Deu no Jornal*, publicada primeiro no *ChanaComChana* e posteriormente no boletim *Um Outro Olhar* e seus contemporâneos, foi constituída uma espécie de observatório de mídia (Autor, 2019). Inicialmente alimentadas pelas próprias editoras, com recortes de jornais tradicionais, acompanhados de comentários críticos, essas seções passaram a ter contribuições das leitoras, que enviavam impressões sobre matérias focadas em lesbianidades - consolidando uma prática coletiva de vigilância e contestação das narrativas

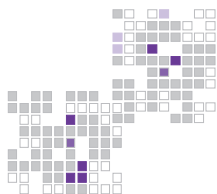
hegemônicas, sugerindo caminhos pelos quais diferentes grupos podem disputar os regimes de representação que estruturam a esfera midiática.

Ao sugerir que meios de comunicação comunitários, como a imprensa lésbica, oferecem contribuições relevantes ao jornalismo, estamos nos alinhando à crítica dos cânones do campo da Comunicação, especialmente àqueles que tendem a minorizar o valor da subjetividade na produção da notícia e, conseqüentemente, as iniciativas criadas para tensionar o jornalismo. A história da imprensa lésbica evidencia uma lacuna nas coberturas jornalísticas que dá pistas para vislumbrarmos possibilidades, como indicamos a seguir.

4 Cobertura de violências

Para Jota Mombaça (2021), “a violência cumpre um programa e opera em favor de um projeto de poder anexado à heteronormatividade, à cissupremacia, ao neocolonialismo, ao racismo, ao sexismo e à supremacia branca como regimes de exceção” (Mombaça, 2021, p. 73). As violências perpetradas contra lesbianidades, inclusive as que se manifestam em âmbitos midiáticos, como o jornalismo, fazem parte de uma dimensão social mais ampla. Essa perspectiva ajuda a compreender que o modo como produções jornalísticas organizam sentidos sobre lesbianidades orienta a cultura e é orientado por ela (Veiga da Silva, 2010), articulando-se, assim, a jogos de visibilidade e invisibilidade, disputas de poder e a preconceitos fundamentados em diferentes sistemas de opressão.

Uma das modalidades de cobertura mais reveladora sobre como o jornalismo lida com dissidências de gênero e sexualidade é a cobertura de casos de violência. Mesmo que os casos cobertos se limitem à esfera individual, envolvendo indivíduos específicos, as notícias apresentam imaginários partilhados sobre determinados sujeitos, que vão disputar o



merecimento ou não da categoria de vítimas, bem como acionar ou não a responsabilização coletiva sobre aquele ato. Patricia Hill Collins, ao abordar o que chama de interseções letais, afirma que “a violência pode ser vivenciada individualmente, mas é estruturada e tolerada em termos coletivos” (Collins, 2024, p. 10). Nesse sentido, compreendemos que a violência evidencia disputas sociais, desigualdades e preconceitos mais amplos, que o jornalismo pode contribuir para reforçar ou para enfrentar.

Um aspecto importante a ser mencionado sobre cobertura de violências é a relação íntima que o jornalismo estabelece com atores da segurança pública, como as polícias. Barretos (2021), ao realizar um cruzamento entre registros policiais de mortes de mulheres trans e travestis em Minas Gerais e das notícias sobre os respectivos casos, identificou que a maioria das produções jornalísticas se restringia aos dados de registros policiais. Conclusão semelhante é apresentada por Barretos, Ziller e Xavier (2024) ao tratar de casos de estupro envolvendo lesbianidades. As pesquisas mostram não só a relação entre essas duas instituições, mas também evidenciam que ao se limitar ao relato policial a produção jornalística perde potencial de conscientização crítica da sociedade, que é parte da sua função.

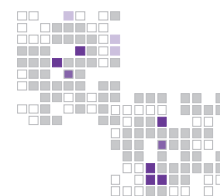
Além disso, esse tipo de abordagem contribui para que a leitura das violências ocorra apenas na chave policial do crime, deixando à margem a dimensão de direitos humanos das vítimas (Gomes Barbosa, 2025). Assim, se o papel da polícia é desvendar o crime, apontar culpados e elementos que permitam o devido andamento do processo judicial, o do jornalismo é informar a população, possibilitando que a sociedade se conscientize sobre as questões emergentes e possa atuar no seu enfrentamento, especialmente se partirmos de uma abordagem feminista, em que o posicionamento contra a violência de gênero é um pilar fundamental. Sendo assim, ao replicar

relatos policiais, tratando os casos de forma isolada, sem dados sobre o contexto específico de violência a que populações minorizadas estão submetidas, o jornalismo abre mão de sua capacidade transformadora.

E, ainda mais grave: se considerarmos que instituições do Poder Judiciário resistem a reconhecer a equiparação da LGBTfobia ao crime de racismo (Amparo et al., 2025), a imprensa não está apenas subaproveitando seu potencial transformador, como também contribuindo para a permanência dos estigmas de gênero e sexualidade.

Ainda que a violência ganhe centralidade nas produções jornalísticas, elas raramente abordam explicitamente a lesbofobia como fator importante para motivação de crimes. A exceção ocorre quando casos ganham maior notoriedade, como nas matérias sobre o assassinato de Ana Caroline Souza Campêlo. A despeito dos indícios de crime de ódio, a lesbianidade da vítima sequer foi cogitada como motivação para o crime num primeiro momento da cobertura e apenas emerge nas notícias quando falas de amigos, familiares e dos movimentos sociais começam a aparecer, ou seja, quando a narrativa deixa de se limitar ao relato policial. Mas é relevante reforçar que, embora grande parte das notícias sobre o caso abordem essa informação, o destaque nas produções é sempre a crueldade do crime (Barretos, Ziller, Xavier, 2024).

Assim como costuma ocorrer em casos de violências contra mulheres heterossexuais, como apontado por pesquisas na área (Caldeira, 2022), narrativas que culpabilizam as vítimas também estão presentes nas notícias que abordam as lesbianidades. Ao discutir um caso de lesbofobia, Soares Rodrigues, Labanca, Lopes e Xavier (2026) chamam atenção para a abordagem de uma matéria intitulada: “Jovem lésbica é atingida por banco na cabeça por estar namorando em



bar em SP; VÍDEO”⁷. O exemplo apresentado indica uma culpabilização da vítima, já que ser “atingida por banco” aparece como consequência de “estar namorando”.

Outra característica frequente nesse tipo de abordagem jornalística é a falta de contextualização sobre a dimensão mais ampla da lesbofobia. Soares Rodrigues et al (2026) observaram que nenhuma das matérias constituintes do estudo explicitou a discriminação lesbofóbica que compõe nossa sociedade, o que dificulta a compreensão de que os casos fazem parte de um contexto de violência estrutural, não de ocorrências isoladas. O termo “lesbofobia” não é usado em nenhuma das matérias analisadas nesse estudo, o que seria importante não só para contextualização, mas também para inserir o termo no debate público.

A violência midiática na cobertura sobre lesbianidades não se limita ao conteúdo das notícias, mas também se manifesta na falta de visibilidade dos casos e em sua subnotificação. Barretos, Ziller e Xavier (2024) identifica que, de 26 registros policiais de casos de estupro em MG entre 2019 e 2022, foram encontradas apenas três matérias jornalísticas e nenhuma delas trazia qualquer informação sobre a sexualidade da vítima, mesmo quando ela era fundamental para a compreensão do crime, como no caso dos chamados *estupros corretivos*. Esse resultado revela a marginalização e apagamento a que lésbicas estão submetidas também nas narrativas jornalísticas.

Mas essa (in)visibilidade não se dá de maneira homogênea. Crimes cometidos pelas companheiras das vítimas, por exemplo, ganham visibilidade a partir da chave do excepcional, como se mulheres não pudessem ter comportamentos violentos (Soares Rodrigues, Lopes, Barretos, 2026). Esse tipo de abordagem

reitera estereótipos sociais sexistas de que somente “homens são violentos e as mulheres não; os homens são abusadores, as mulheres são vítimas” (hooks, 2019, p. 146) e ignora o fato de ninguém estar livre de ser afetado pelas assimetrias da organização social e das dinâmicas de poder que nela circulam. Portanto, embora a visibilidade dos casos seja importante para a compreensão social de que esse tipo de violência ocorre, bem como para formulação de políticas públicas, quando ela acontece nesses termos, nos quais visões sociais estereotipadas são reforçadas, pode ser tão danosa quanto a invisibilidade.

5 Contribuições para a cobertura jornalística de casos envolvendo lesbianidades

A abordagem jornalística de homossexualidades parece depender da posição de cada veículo. Veículos com maior preocupação com o combate à discriminação tendem a apresentar abordagens mais cuidadosas. Por outro lado, quando não há posicionamento evidente sobre o tema, as escolhas acabam a cargo dos próprios jornalistas, sem padronização ou uma reflexão a respeito.

De modo geral, a imprensa tradicional trata a questão de forma superficial em seus manuais. Os *Princípios Editoriais do Grupo Globo* (2011) afirmam repúdio a todas as formas de preconceito e destacam que “quanto mais diversa for uma redação, em termos de crenças, orientações, gêneros, origens etc., mais isenta e abrangente será a cobertura de assuntos” (Grupo Globo, 2011, s. p.). Já de acordo com o *Manual da Redação* (2018) d’A *Folha de S. Paulo*, a sexualidade só deve constar quando for relevante para o contexto da notícia. Em ambos os exemplos, é perceptível uma dimensão abstrata no que se refere às instruções: repudiar preconceitos, prezar pela diversidade ou deixar a decisão sobre a relevância ou não informar a sexualidade a critério da redação. Ou seja, não há política de abordagem de sexualidades por parte

7 Ver <https://abre.ai/oVjX> Acesso em 05 mar. 2026.

dos grandes veículos.

No entanto, iniciativas vinculadas ao ativismo e à academia têm desenvolvido manuais de cobertura para questões relacionadas a gênero e sexualidade. É o caso do *Guia de Boas Práticas para Coberturas Jornalísticas sobre Bissexualidade*, de Jéssica Carvalho (2025), que propõe maneiras de se atentar às especificidades da bissexualidade nas narrativas jornalísticas⁸. Dentre elas, destacam-se nomear a bifobia, não disseminar estigmas e não pressupor como gays ou lésbicas as demonstrações de afeto entre pessoas do mesmo gênero, pois elas podem ser bissexuais (Carvalho, 2025).

Assim como a bissexualidade, compreendemos que a cobertura das lesbianidades deve seguir por protocolos específicos, especialmente em pautas sobre violência. E, ainda que não exista manual de cobertura de casos envolvendo lesbianidades para utilizarmos como referência, tomamos a imprensa lésbica como um ponto de partida para refletirmos sobre coberturas jornalísticas mais respeitosas em relação às lésbicas. A partir de pesquisas realizadas nos últimos anos, como as acionadas no tópico anterior (Barretos, Ziller, Xavier, 2024; Soares Rodrigues et al, 2026; Soares Rodrigues, Lopes, Barretos 2026), identificamos abordagens problemáticas em notícias que tratam de violências cometidas contra as lesbianidades. Propomos, aqui, alguns aspectos que podem subverter esse tipo de narrativa: 1) Evidenciar a lesbianidade quando relacionada à motivação do crime; 2) Abordar o caráter estrutural da violência lesbofóbica; 3) Não culpabilizar as vítimas; 4) Atentar-se à relevância das informações mobilizadas sobre as vítimas; 5) Não acionar a dissidência de gênero

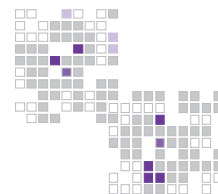
e sexualidade de modo pejorativo; 6) Mobilizar fontes para além da policial.

Em casos de lesbofobia, nos quais a lesbianidade é central para a motivação do crime, evidenciá-la (ao invés de apagá-la) é uma forma de dar visibilidade às violências direcionadas às lésbicas, o que contribui para a conscientização sobre a necessidade de combater a discriminação, bem como para que o problema seja reconhecido como uma questão social. Além disso, apontar o caráter estrutural da violência que atinge as lésbicas é outro movimento que se faz necessário, uma vez que é preciso situar que os casos de lesbofobia não são ocorrências isoladas, mas fazem parte de um cenário de violência mais complexa, que tem continuidade histórica.

A seleção de informações sobre as vítimas para compor as notícias também é um ponto que precisa de atenção. Isso porque as informações devem ser abordadas de modo que as vítimas não sejam culpabilizadas pela própria violência sofrida. Para isso, é essencial se certificar de não incluir descrições desnecessárias, que podem contribuir para a visão de que aquela é uma pessoa “moralmente condenável”, uma vítima que não merece empatia (Universa, 2020).

Um dos minimanuais jornalísticos produzidos pela organização *Think Olga* destaca a importância de não desmerecer as vítimas ao narrar a violência. Em casos de mulheres heterossexuais, isso acontece muitas vezes por meio de fotos consideradas sensuais. Já em casos envolvendo lesbianidades, conforme abordamos anteriormente por meio de nosso estudo (Soares Rodrigues, Lopes, Barretos, 2026), isso ocorre frequentemente por meio da exposição indevida da dissidência de gênero e sexualidade, como nas ocorrências em que lésbicas são autoras de crimes. Portanto, para produzir uma abordagem respeitosa em relação às lesbianidades, é preciso acionar a dissidência de gênero e sexualidade de maneira crítica e contextualizada, de forma

⁸ O guia é resultado da dissertação “Bissexualidade em pauta: Caminhos para práticas jornalísticas”, que recebeu menção honrosa no Prêmio Adelmo Genro Filho 2025, promovido pela Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor).



a contribuir para a compreensão social da motivação lesbofóbica.

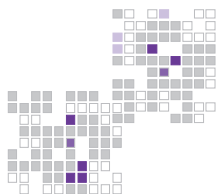
No que diz respeito às fontes selecionadas para compor as matérias, para além dos atores de segurança pública, é imprescindível acionar, por exemplo, amigos e familiares das vítimas, que podem contribuir para trazer às pessoas leitoras informações sobre quem é (ou era) aquela vítima para além da violência sofrida. Além disso, como apontado por pesquisas que se dedicam às coberturas de corpos dissidentes (Carvalho, 2025), mobilizar fontes especialistas é importante para discutir o caráter social e específico desses crimes, que estão relacionados a preconceitos que circulam socialmente.

6 Considerações finais

As relações de poder que circulam na sociedade (e nos processos midiáticos) não têm como consequência apenas coberturas que (re) violentam vítimas de violências, mas também incitam processos de subversão a essas práticas no jornalismo. Esses processos se aproximam do que compreendemos como uma *resistência* aos padrões de cobertura hegemônicos que se ancoram na heteronormatividade, no racismo, no capacitismo, na lesbofobia e em tantos outros sistemas de opressão que constituem nossa sociedade. Desse modo, a partir das discussões mobilizadas ao longo deste ensaio, compreendemos que veículos comunitários, como a própria imprensa lésbica, e os exemplos de manuais de cobertura jornalística que buscam contribuir para abordagens midiáticas mais respeitadas tensionam os moldes hegemônicos do fazer-jornalístico.

Quando nos aproximamos da temática das lesbianidades, as tensões entre dar a ver ou ocultar a dissidência de gênero e sexualidade, limitar ou ampliar o acionamento de fontes, culpabilizar ou não as vítimas pelas violências que sofreram, demarcar a dimensão social da violência ou inseri-la em um rol episódico evidenciam as disputas em torno da constituição do imaginário social sobre lesbianidades, bem como sobre violências direcionadas a elas. Não estamos defendendo que, de um lado, o jornalismo hegemônico atua estigmatizando corpos dissidentes e, de outro, há produções alternativas contestando-os, mas evidenciando o caráter complexo, simultâneo e assimétrico em que tais disputas de narrativas ocorrem, constituindo a todo tempo campos de negociação sobre a compreensão social desses corpos.

Concluimos, a partir dessa discussão, que assumir um lugar epistemológico, subjetivo e pensar criticamente a partir dele é uma forma de questionar ideais dominantes que historicamente estruturam o jornalismo, bem como de propor novas abordagens comunicacionais mais comprometidas com a diversidade e às demandas específicas dos grupos sociais, como o das lésbicas. Ainda, é necessário destacar que, aqui, nos dedicamos a recuperar a imprensa lésbica como uma potencialidade para fundamentar nossas propostas de modos alternativos de fazer jornalismo. Nesse sentido, futuras pesquisas podem aprofundar as discussões sobre maneiras de tensionar as coberturas hegemônicas das lesbianidades, bem como acerca da importância de revisitar a história do próprio campo da Comunicação para refletir sobre abordagens mais éticas de grupos sociais diversos.



Referências

- Amparo, T. de S., Moreira, A. J., Biagio, D. L. D. de, Cerqueira, L. de S., Machado, A. F., Silva, M. A. B. F. F. da, Passoni, C. M., Silva, D. P. L. da, Gerardi, D. A., Milfont, I. P., Oliveira, N. S. de, Gherini, P. M. D. M., & Santos, V. (2025). Acórdãos judiciais para casos de LGTBfobia no Brasil (2020–2023) (Version 1) [Conjunto de dados]. FGV. <https://hdl.handle.net/10438.3/FK2/TWLK9T>
- Azeredo, D. (2019). A crítica da cobertura jornalística sobre minorias a partir das colunas de ombudsman. *Rumores*, 13(26), 169–189.
- Barretos, D. do C. (2021). O que resta ao corpo: Disputas de sentido em textualidades sobre assassinatos de travestis e transexuais [Tese de doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais]. Repositório Institucional UFMG. <https://repositorio.ufmg.br/server/api/core/bitstreams/0f87a54d-b5b1-4740-85e8-a74b6cad0662/content>.
- _____, Ziller, J., & Xavier, K. do C. (2024). Lesbianidades, estupro e violências: Uma análise de registros policiais e jornalísticos. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, 21(1), 41–52. <https://doi.org/10.5007/1984-6924.2024.101393>
- Butler, J. (2022). Desfazendo gênero. Unesp.
- Caldeira, B. (2022). “Queimem as bruxas!”: Relatos em torno de feminicídios e o jornalismo como fogueira simbólica que incendeia mulheres mortas [Tese de doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais].
- Carvalho, J. (2025). Guia de boas práticas para cobertura jornalística sobre bissexualidade. Rede Brasileira de Estudos sobre Bissexualidade e Monodissidência; Trôpego.
- Collins, P. H. (2024). Intersecções letais: raça, classe e gênero e violência contra mulheres. São Paulo: Boitempo.
- Comeforo, K. (2025). Can butches be feminists? Unearthing the complexities within butch and butch/femme Facebook groups. In B. I. Wiens, M. MacArthur, S. MacDonald, & M. Radzikowska (Eds.), *Stories of feminist protest and resistance: Digital performative assemblies* (pp. 85–104). Lexington Books.
- Folha de S.Paulo. (2018). Manual da redação (22ª ed.). Publifolha.
- Gomes Barbosa, K. (2025). Fotografias de feminicídios no jornalismo contemporâneo: Por uma ética das imagens. *Esferas*, 1(33). <https://doi.org/10.31501/esf.v1i33.15646>
- Grossi, M. P. (2018). O pensamento de Monique Wittig. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, 4(2), 83–90.
- Grupo Globo. (2011). Princípios editoriais do Grupo Globo. <https://oglobo.globo.com/principios-editoriais/>
- hooks, b. (2019). Teoria feminista: da margem ao centro. Perspectiva.
- Lorde, A. (2020). Irmã outsider. Autêntica.
- Lugones, M. (2020). Colonialidade e gênero. In H. Teixeira (Org.), *Pensamento feminista hoje: Perspectivas decoloniais* (pp. 52–83). Bazar do Tempo.
- Mombça, J. (2021). Não vão nos matar agora. Cobogó.
- Peruzzo, C. (2024). Fundamentos teóricos da comunicação popular, comunitária e alternativa. EDUFES.
- Peruzzo, C. (2024). Fundamentos teóricos da comunicação popular, comunitária e alternativa. EDUFES.
- Potter, C. B. (2018). Not in conflict, but in coalition: Imagining lesbians at the center of the second wave. In A. Maxwell & T. Shields (Eds.), *The legacy of second-wave feminism in American politics* (pp. 205–230). Palgrave Macmillan.
- Rich, A. (2019). Heterossexualidade compulsória e existência lésbica & outros ensaios. A Bolha.
- Rich, A. (2004). Reflections on “Compulsory heterosexuality”. *Journal of Women's History*, 16(1), 9–11.
- Rubin, G. (2017). Políticas do sexo. Ubu Editora.
- Segato, R. L. (2016). La guerra contra las mujeres. *Traficantes de Sueños*.
- Silva, A. M. da. (2015). *Griôs sapatonas brasileiras e Lampião da Esquina: O contraste das questões de gênero, raça e sexualidade na fonte oral e na fonte escrita* [Trabalho de conclusão de curso, Universidade Federal da Integração Latino-Americana]. Repositório Institucional da UNILA. <https://dspace.unila.edu.br/items/726c5d5d-e0af-46c0-89a2-23b088c37c15>.
- Silva, M. R. da. (2016). Humor e estereótipos em *O Pasquim*. In *Anais do XII Colóquio Nacional Representações de Gênero e de Sexualidades (XII CONAGES)* (pp. 1–12). Realize. <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/18514>.
- Silveira-Barbosa, P. (2019). *Trajetória da imprensa lésbica no Brasil (1981–1995): Uma história possível para (re)pensar o jornalismo* [Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Ponta Grossa]. Repositório Institucional da UEPG. <https://ri.uepg.br/items/17cafade-3b93-45a1-ad25-c33e65b9fc0d>
- Soares Rodrigues, M. C., Labanca, L. K., Lopes, S. D., & Xavier, K. do C. (2026). *Deseos inmorales: violencia mediática en noticias sobre lesbofobia en espacios privados de uso público*. *Revista Reflexiones*, 106(2), 1–21. <https://doi.org/10.15517/rr.v106i2.00005>
- _____, Lopes, S. D., & Barretos, D. do C. (2026). *Violências envolvendo lesbianidades no jornalismo: uma análise de narrativas de casos de lesbocídio*. *Intexto*, (58), 1–23. <https://doi.org/10.22456/1807-8583.151290>
- Trevisan, J. S. (2018). *Devassos no paraíso: A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade* (4ª ed. rev., atual. e ampl.). Objetiva.
- Think Olga. (2016). *Minimanual de jornalismo humanizado: Violência contra a mulher*. (Parte 1)
- Universa. (2020). *Manual Universa para jornalistas: Boas práticas na cobertura da violência contra a mulher*. UOL.
- Veiga da Silva, M. (2010). *Masculino, o gênero do jornalismo*. (Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul).
- Wittig, M. (2022). *O pensamento hétero e outros ensaios*. Autêntica.

